



**PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE GOIÁS
ESCOLA DE DIREITO, NEGÓCIOS E COMUNICAÇÃO
CURSO DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS**

ANNE KELLY ROCHA LOPES

**ANÁLISE SOBRE A REPRIMARIZAÇÃO DAS EXPORTAÇÕES BRASILEIRAS
NO PERÍODO DE 2011 A 2020**

GOIÂNIA

2022

ANNE KELLY ROCHA LOPES

**ANÁLISE SOBRE A REPRIMARIZAÇÃO DAS EXPORTAÇÕES BRASILEIRAS
NO PERÍODO DE 2011 A 2020**

Trabalho de Conclusão de Curso para
obtenção do diploma de graduação no Curso
de Ciências Econômicas, da Pontifícia
Universidade Católica de Goiás.

Orientador: Ms. Ary José A. de S. Júnior

GOIÂNIA

2022

RESUMO

Este estudo tem por objetivo averiguar a existência de um processo de reprimarização da pauta exportadora brasileira, no período de 2011 a 2020. A metodologia utilizada compreende a análise quantitativa e qualitativa dos dados coletados na Secretaria de Comércio Exterior (Secex), no portal Comex Stat, ambos ligados ao Ministério da Economia (ME), bem como na Fundação Centro de Estudos do Comércio Exterior (Funcex), *IndexMundi* e *World Integrated Trade Solution* (WITS). O primeiro capítulo apresenta alguns conceitos e teorias aplicadas ao comércio internacional, assim como uma revisão da literatura quanto ao processo de reprimarização. O segundo capítulo compreende a análise de dados da pauta exportadora brasileira segundo fator agregado, intensidade tecnológica e principais mercados de destino, no período de 2011 a 2022. O terceiro capítulo detalha a metodologia utilizada, faz o cálculo do Índice de Herfindahl-Hirschman (IHH) e do Índice de Vantagens Comparativas Reveladas (IVCR) para o período analisado. Por fim, os resultados obtidos sinalizam a existência de um processo de reprimarização da pauta exportadora brasileira, ainda que em fase inicial, devido, sobretudo, ao *boom* exportador das *commodities*, às políticas agrícolas brasileiras adotadas, bem como o aumento da demanda chinesa por produtos primários, dado o elevado Índice de Vantagens Comparativas Reveladas (IVCR).

Palavras-chave: Reprimarização; *Commodities*; Índice de Herfindahl-Hirschman; Índice de Vantagens Comparativas Reveladas.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Evolução do comércio exterior brasileiro no período de 2000 a 2020 (US\$ bilhões – FOB).	21
Figura 2 – Evolução do Índice Internacional de Preços das Commodities (jan. de 2000 a dez. de 2020), em US\$.	24
Figura 3 – Evolução das exportações brasileiras por fator agregado no período de 2011 a 2020, em percentual.	25
Figura 4 – Exportações brasileiras por intensidade tecnológica no ano de 2011, em %	27
Figura 5 – Exportações brasileiras por intensidade tecnológica no ano de 2020, em %	28
Figura 6 – Evolução das exportações brasileiras segundo mercados de destino no período de 2011 a 2020 (US\$ bilhões – FOB).	29

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Exportações brasileiras segundo a intensidade tecnológica e a origem setorial.....	26
Tabela 2 – Principais produtos exportados pelo Brasil segundo mercados de destino em 2020 (US\$ bilhões – FOB).	31
Tabela 3 – Evolução do Índice de Herfindahl-Hirschman das exportações brasileiras por fator agregado no período de 2011 a 2020.	36
Tabela 4 – Evolução do Índice de Vantagens Comparativas Reveladas das exportações brasileiras no período de 2011 a 2020.	38

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

BNDES – Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social

CAGR – *Compound Annual Growth Rate*

CUCI – Classificação Uniforme para o Comércio Internacional

EMBRAPA – Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária

Funcex – Fundação Centro de Estudos do Comércio Exterior

ICVR – Índice de Vantagens Comparativas Reveladas

IHH – Índice de Herfindahl-Hirschman

ISIC – *Standard Industrial Classification of All Economic Activities*

ME – Ministério da Economia

Moderfrota – Programa de Modernização da Frota de Tratores Agrícolas, Implementos Associados e Colheitadeiras

NME – Nova Matriz Econômica

OMC – Organização Mundial de Comércio

PGPM – Política de Garantia de Preços Mínimos

PIB – Produto Interno Bruto

Secex – Secretaria de Comércio Exterior

VBPI – Valor Bruto da Produção Industrial

VTI – Valor de Transformação Industrial

WITS – *World Integrated Trade Solution*

SUMÁRIO

Introdução	8
Capítulo 1 – O comércio internacional e o processo de reprimarização	11
1.1 – Conceitos e teorias de comércio internacional	11
1.1.1 – Conceitos aplicados ao comércio internacional	11
1.1.2 – Teorias de comércio internacional.....	12
1.2 – O processo de reprimarização.....	15
1.3 – Revisão da literatura	17
Capítulo 2 – Evolução do comércio internacional no Brasil	21
2.1 – Evolução das exportações brasileiras segundo fator agregado	21
2.2 – Evolução das exportações brasileiras segundo mercados de destino	28
2.3 – Impactos econômicos relevantes no período de 2011 a 2020	32
Capítulo 3 – Metodologia e discussão dos resultados	34
3.1 – Métodos e técnicas de pesquisa.....	34
3.2 – Índice de Herfindahl-Hirschman (IHH).....	34
3.3 – Índice de Vantagens Comparativas Reveladas (IVCR).....	36
3.4 – Resultados e discussão	38
Conclusão	41
Referências	44

Introdução

Após a Segunda Guerra Mundial, verifica-se uma intensificação no processo de globalização econômica e, conseqüentemente, uma expansão no comércio internacional entre países. Esta expansão, para países em desenvolvimento, como o Brasil, é uma das principais variáveis de acesso a financiamento e desenvolvimento econômico.

Para Silva *et al.* (2018), o caso brasileiro sinaliza que o comércio internacional desempenha efeito positivo sobre o crescimento econômico, constatou-se que, entre 1995 e 2011, paralelamente ao crescimento das exportações (taxa de crescimento anual média de 11,2%), o Produto Interno Bruto (PIB real) cresceu a uma taxa média anual de 3%. Ademais, para o mesmo período, as importações do país aumentaram em aproximadamente 9,4% ao ano.

Contudo, vale ressaltar, a partir dos anos 2000, verifica-se um declínio na participação de produtos manufaturados e intensivos em tecnologia nas exportações brasileiras e uma ascensão na participação de produtos básicos e pouco elaborados. Ainda que em trajetória descendente, até 2009 os produtos industrializados respondiam pela maior parcela de produtos exportados pelo país. Entretanto, a partir deste ano, até os dados mais recentes, a participação de produtos básicos não só foi superior como apresenta trajetória ascendente, representando uma importante mudança na pauta exportadora brasileira (Castilho, 2011).

Por conseguinte, o problema apresentado nesta monografia consiste na investigação da existência de um processo de reprimarização da pauta exportadora brasileira, no período de 2011 a 2020. Segundo Carvalho e Carvalho (2011), a reprimarização compreende o processo pelo qual uma economia industrializada (em estágio de maturidade ou não) passa a exportar mais produtos primários em detrimento de produtos manufaturados, isto é, representa um regresso a uma fase anterior de atuação no comércio exterior, quando essa economia exportava mais produtos primários do que manufaturados.

Neste sentido, a hipótese estabelecida é que a especialização brasileira em produtos primários resultou no processo de reprimarização da sua pauta exportadora, ainda que em fase inicial. Este processo pode estar relacionado, sobretudo, ao

aumento dos preços das *commodities* agrícolas e minerais, ao aumento da demanda chinesa por estes produtos, bem como às políticas agrícolas brasileiras adotadas.

A partir da análise do comportamento do comércio exterior brasileiro, no período de 2011 a 2020, tem-se o objetivo de investigar a hipótese de reprimarização da pauta exportadora brasileira. Neste sentido, é conveniente revisar alguns conceitos e teorias aplicadas ao comércio internacional. Além disso, quanto ao levantamento de dados, destaca-se a recente evolução do comércio exterior brasileiro, pois, a partir disso, pretende-se destrinchar os dados acerca das exportações brasileiras segundo fator agregado e intensidade tecnológica, conforme metodologia originalmente desenvolvida por Pavitt (1984), e segundo mercados de destinos, no sentido de identificar se de fato houve uma ascensão na participação de produtos básicos, em detrimento de manufaturados, caracterizando o fenômeno da reprimarização.

A metodologia adotada consiste na análise quantitativa e qualitativa dos dados coletados e, quanto ao tipo de pesquisa realizada, destaca-se a pesquisa descritiva dos fatos observados, bem como pesquisa bibliográfica em livros, revistas, publicações em periódicos e artigos científicos para embasamento teórico da hipótese estabelecida. Os dados coletados foram obtidos por meio das bases de dados da Secretaria de Comércio Exterior (Secex) / Ministério da Economia (ME), Comex Stat, FuncexData / Fundação Centro de Estudos do Comércio Exterior (Funcex), *IndexMundi*, e *World Integrated Trade Solution* (WITS). Para análise das exportações, será calculado a evolução do Índice de Herfindahl-Hirschman (IHH) e do Índice de Vantagens Comparativas Reveladas (IVCR) para verificar se de fato houve, ou não, uma concentração na pauta exportadora brasileira.

Os resultados obtidos destacam que, paralelo ao *boom* exportador das *commodities*, o aumento da demanda chinesa por estes produtos, bem como as políticas agrícolas brasileiras adotadas, culminaram na especialização primária da pauta exportadora, dado o elevado Índice de Vantagens Comparativas Reveladas (IVCR).

A análise aplicada ao comércio exterior brasileiro, mais especificamente, à sua pauta de exportações, justifica-se pela necessidade de subsidiar pesquisas e estratégias para ampliação de mercados consumidores, bem como alternativas para as exportações brasileiras, tendo em vista uma possível escassez de matérias-primas

ou eventuais consequências provenientes de uma instabilidade na economia chinesa e, em um cenário mais pessimista, rompimento da parceria comercial com este país.

Além desta introdução, esta Monografia está dividida em três capítulos mais uma conclusão. O primeiro capítulo apresenta o referencial teórico, isto é, revisão das principais teorias do comércio internacional e da literatura quanto ao processo de reprimarização. O segundo capítulo compreende a análise de dados da pauta exportadora brasileira segundo fator agregado e intensidade tecnológica, bem como principais mercados de destino, no período de 2011 a 2020. O terceiro capítulo destaca a metodologia utilizada e cálculo do Índice de Herfindahl-Hirschman (IHH) e do Índice de Vantagens Comparativas Reveladas (IVCR) para o período analisado. Por fim, são apresentados, na conclusão, os resultados obtidos na análise da pauta exportadora brasileira.

Capítulo 1 – O comércio internacional e o processo de reprimarização

1.1 – Conceitos e teorias de comércio internacional

1.1.1 – Conceitos aplicados ao comércio internacional

Após a Segunda Guerra Mundial, o processo de globalização econômica se tornou mais intenso o qual favoreceu a expansão do comércio internacional entre países. Este movimento justifica-se pelo declínio nos custos de transporte e comunicação, pelas reduções nas barreiras comerciais, pela terceirização generalizada das atividades de produção, bem como por uma maior consciência dos produtos e culturas estrangeiras (Krugman e Obstfeld, 2001).

Para Maluf (2000), o comércio internacional refere-se ao intercâmbio de bens e serviços entre países, o qual resulta da divisão internacional do trabalho baseada nas vantagens comparativas dos países¹. Neste sentido, o comércio exterior representa uma forma pela qual o país pode se organizar em termos de política, leis, normas e regulamentos que disciplinam a execução das operações de importação e exportação de bens e serviços (Poyer e Roratto, 2017).

As operações de exportação representam saídas de bens e serviços nas quais o país exportador possui uma vantagem ou maior disponibilidade de fatores para produzi-lo, em termos cambiais, esse movimento implica na entrada de divisas para aquele país. Por outro lado, as operações de importação compreendem a entrada de bens e serviços em um país oriundas do exterior, para fins cambiais, esta representa uma saída de divisas (Poyer e Roratto, 2017).

Em geral, as transações no comércio internacional utilizam o dólar norte-americano como moeda-veículo, visto que este fluxo de importações e exportações compreende transações comerciais realizadas em moedas estrangeiras (também denominadas de “divisas”). Por conseguinte, um país contabiliza em seu balanço de pagamentos todas as entradas e saídas de divisas, assim como as de bens e serviços (Poyer e Roratto, 2017).

Segundo Paulani e Braga (2007), para um determinado período, todas as transações que um país realiza com o resto do mundo são registradas no balanço de

¹ Neste trabalho, as expressões “comércio internacional” e “comércio exterior” são consideradas sinônimas.

pagamentos. As operações que envolvem bens e serviços são registradas em transações correntes, enquanto as compras e vendas internacionais de ativos financeiros na conta financeira. Por outro lado, a conta capital registra as transferências de ativos não mercantis, como a cessão de marcas e patentes. Como o objetivo deste trabalho é discutir o processo de reprimarização, focar-se-á no desempenho da balança comercial, a qual pode ter um saldo superavitário (quando as exportações excedem as importações) ou deficitário (quando ocorre o contrário)².

Ademais, a taxa de câmbio tem importantes implicações sobre as transações internacionais realizadas por um país e, conseqüentemente, sobre a balança comercial. Neste sentido: “a taxa de câmbio representa o preço, em moeda nacional, de uma unidade de moeda estrangeira (dólar). Uma elevação da taxa de câmbio representa uma desvalorização. O oposto, uma valorização.” (Paulani e Braga, 2007, p. 151). Dessa forma, todas as outras variáveis mantidas constantes, as desvalorizações cambiais tendem a estimular as exportações e desestimular as importações, enquanto as valorizações cambiais, o contrário.

1.1.2 – Teorias de comércio internacional

O comércio de mercadorias é uma atividade milenar, contudo, foi durante o mercantilismo que se irrompeu o primeiro conjunto de ideias que buscaram explicar o comércio entre países. Segundo Hunt e Lautzenheiser (2013), os mercantilistas entendiam que o aumento progressivo do comércio e o estímulo às exportações, bem como restrições às importações, eram necessários para o acúmulo de riquezas e para a obtenção de superávits na balança comercial. Os mercantilistas também contribuíram para a noção, ainda que de forma rudimentar, para a elaboração do balanço de pagamentos:

Os mercantilistas deram uma contribuição duradoura para a economia ao enfatizar a importância do comércio internacional. Nesse contexto,

² Na Balança Comercial, tanto as exportações quanto as importações são contabilizadas e registradas pelo seu valor FOB (do inglês *free on board*), que representa o valor de embarque da mercadoria. Uma segunda forma de contabilizar as exportações e importações é por meio do seu valor CIF (*cost, insurance and freight*), que inclui, além do custo propriamente dito das mercadorias, fretes e seguros relacionados ao seu transporte.

também desenvolveram a noção econômica e contábil do que é hoje denominado balança de pagamentos entre uma nação e o resto do mundo (BRUE, 2005, p. 20).

Segundo Brue (2005), Adam Smith, o fundador da escola clássica e autor da teoria das vantagens absolutas, opunha-se aos mercantilistas. Smith argumentou que a riqueza da nação vizinha não era uma ameaça, os países deveriam especializar-se na produção de bens para os quais possuem uma vantagem e negociá-los por bens para os quais outros países possuem vantagem. Dessa forma, as exportações deveriam transferir o excedente dos produtos para os quais não existia demanda no mercado interno e importar produtos pelos quais existia demanda nacional.

Apesar do pioneirismo de Smith, David Ricardo foi a figura principal no maior desenvolvimento das ideias ligadas ao comércio internacional. Sua grande contribuição foi mostrar que

[...] até mesmo quando um país é mais eficiente do que o outro na produção de todas as mercadorias, o comércio entre os dois, contudo, pode ser de vantagem mútua. Sua teoria dos custos relativos é conhecida hoje como a teoria das vantagens comparativas (BRUE, 2005, p. 116).

De acordo com Coutinho *et al.* (2005), a vantagem comparativa reflete o custo de oportunidade relativa, isto é, a relação entre as quantidades de um determinado bem que dois países precisam deixar de produzir para focar sua produção em outro bem. Logo, as vantagens comparativas provêm das diferenças de produtividade do fator trabalho para bens distintos. Dessa maneira, Ricardo mostrou que o comércio internacional não precisa ser necessariamente estabelecido com base em vantagens absolutas, mas estabeleceu uma direção: os países devem exportar bens nos quais têm maior produtividade relativa do trabalho (maior vantagem comparativa na sua produção) e importar bens nos quais possuem menor produtividade relativa do trabalho, ou não têm vantagem comparativa na sua produção.

Se a mão de obra fosse o único fator de produção, conforme o modelo ricardiano supõe, a vantagem comparativa poderia surgir apenas das diferenças presentes na produtividade do fator trabalho, contudo, estas diferenças refletem

também outros fatores de produção, como terra, capital e recursos minerais. Segundo Krugman e Obstfeld (2001), a teoria de Heckscher-Ohlin mostra que a vantagem comparativa decorre da interação entre os recursos das nações, isto é, a abundância relativa dos fatores produtivos e a tecnologia de produção, que implica na intensidade relativa com que os diferentes fatores são utilizados na elaboração de mercadorias distintas. Assim, “[...] o país que é abundante em um fator exporta o bem cuja produção é intensiva nesse fator.” (Krugman e Obstfeld, 2001, p. 76).

Recentemente, destacam-se abordagens sobre os impactos das economias de escala e da concorrência imperfeita no comércio mundial. Segundo Krugman e Obstfeld (2001), a nova teoria do comércio internacional considera que muitas indústrias são caracterizadas por operarem em economias de escala, podendo ser resultado tanto de economias externas (quando o custo por unidade depende do tamanho do setor, e não necessariamente do tamanho de alguma empresa) como de economias internas (quando o custo por unidade depende do tamanho de uma empresa individual, e não necessariamente do tamanho do setor). Além disso, o comércio não necessita ser resultado das diferenças das vantagens comparativas. Neste sentido, a “[...] integração comercial permite a ampliação dos mercados, das escalas de produção e da divisão do trabalho, permitindo o aprofundamento complementar de especializações eficazes internacionalmente [...]” (Moreira, 2012, p. 216).

Em suma, a nova teoria do comércio internacional destaca a importância do comércio exterior para o desenvolvimento econômico das nações na medida em que ele amplia e integra o mercado, proporcionando ganhos para todos os países envolvidos.

A partir de outra perspectiva, a corrente Cepalina sugere que a existência de deterioração nos termos de troca entre os países centrais e os periféricos pode explicar o comércio internacional entre eles. Conforme assinala Prebisch (1949), a América Latina pode ser vista como parte da periferia do sistema econômico mundial, visto que a ela foi relegada o papel específico de produzir alimentos e matérias-primas para os grandes centros industriais, incapacitando a industrialização destes países.

Nesse sentido, os benefícios do progresso técnico concentraram-se nos centros industrializados, sem serem transmitidos para os países periféricos. Para

Prebisch (1949), existia uma discrepância significativa entre as remunerações dos fatores de produção nos países centrais e periféricos, visto que o progresso técnico se acentuou na indústria e não na produção primária dos países da periferia, dessa forma, os preços dos produtos primários se deterioraram em relação aos preços dos produtos manufaturados dos centros.

Consequentemente, a deterioração dos termos de troca levou os países periféricos ao subdesenvolvimento, a qual colocou como condição para seu desenvolvimento, uma mudança estrutural destas economias, focando suas estratégias em um processo de industrialização.

1.2 – O processo de reprimarização

A reprimarização consiste no processo pelo qual uma economia industrializada (quer ela tenha alcançado o estágio de maturidade ou não), regressa a sua fase inicial de atuação no comércio exterior, quando ela exportava mais produtos primários do que manufaturados (Carvalho e Carvalho, 2011).

Este processo de reprimarização pode ser decorrente da desindustrialização do país. Para Rowthorn e Wells (1987) a desindustrialização pode ser definida como a queda persistente da participação do emprego industrial no emprego total de um país ou região. Complementarmente:

[...] o aumento da produtividade industrial e da produtividade agrícola libera a mão de obra redundante que passa ser absorvida em diversas atividades terceirizadas como uma extensão das atividades das cadeias produtivas da indústria de transformação, a exemplo dos serviços de transportes e das telecomunicações. (CARVALHO e CARVALHO, 2011, p. 49).

Dessa forma, o setor de serviços passa a absorver mais empregos que a indústria manufatureira. Para Tregenna (2009), a desindustrialização conceitua-se como a redução consistente tanto da participação do emprego industrial no emprego total quanto do valor adicionado da indústria no Produto Interno Bruto (PIB). Todos esses fatores podem levar à desindustrialização natural ou precoce.

Similarmente, a doença holandesa (*dutch disease*) também pode reprimarizar a estrutura produtiva do país³. Segundo Bresser-Pereira (2007), a doença holandesa pode ser definida como a sobreapreciação crônica da taxa de câmbio de um país, causada pelo fato deste explorar recursos abundantes e baratos.⁴ Isto é, este movimento refere-se à especialização produtiva do país, quer ele possua ou não certo grau de industrialização nos produtos intensivos em recursos naturais. Por sua vez, na ausência de uma política cambial capaz de mitigar os efeitos das vantagens competitivas adquiridas de rendas ricardianas, ocorre a sobreapreciação da taxa de câmbio real. Dessa forma, a competitividade da indústria doméstica, comparada à do resto do mundo, é reduzida, concomitantemente, com a produção e/ou exportação de produtos intensivos em tecnologia e maior valor agregado.

Na ausência de políticas que mitiguem essa falha de mercado⁵, o processo descrito resulta na reprimarização da estrutura produtiva. Dessa maneira, a desindustrialização causada pela doença holandesa assume sempre uma conotação negativa, embora esta não implique, necessariamente, em um saldo negativo da balança comercial, uma vez que o superávit em bens primários é suficiente para cobrir o déficit em bens manufaturados (Silva, 2014).

Posto isso, podemos identificar que, nas últimas duas décadas, o comércio exterior brasileiro aumentou seu volume e valor exportado, ainda que evidencie uma mudança qualitativa, isto é, as exportações brasileiras passaram a ser compostas majoritariamente por produtos primários de menor valor agregado e menor rentabilidade (Lopes, 2020). Portanto, observa-se um regresso ao seu padrão inicial de comércio exterior.

³ Este trabalho concentra-se neste último fator. Para uma melhor compreensão dos demais fatores, ver Nassif (2008).

⁴ Esta expressão foi utilizada pela primeira vez para descrever os efeitos nocivos à indústria holandesa derivados da descoberta de grandes reservas de gás natural no Mar do Norte, no período 1960-70. A exportação de gás natural provocou a valorização da moeda holandesa (florim) e reduziu a competitividade de suas indústrias e, conseqüentemente, causou sua desindustrialização.

⁵ Bresser-Pereira (2007) considera a doença holandesa como uma grave falha de mercado que, quando não devidamente neutralizada, constitui-se em obstáculo fundamental ao crescimento econômico. Entretanto, essa falha de mercado pode ser corrigida pela administração da taxa de câmbio.

A partir da década de 2000, com o aumento da demanda mundial por *commodities*⁶, as exportações brasileiras de produtos agropecuários se expandiram fortemente em quantidade e valor. Segundo Delgado (2012), o valor médio anual das exportações brasileiras cresceu de US\$ 50 bilhões no período 1995/99 para cerca de US\$ 200 bilhões no final da década de 2000, impulsionado principalmente pela participação de produtos básicos. Na hipótese de adição dos produtos semimanufaturados (que correspondem a uma pauta exportadora das cadeias agroindustriais e minerais) aos básicos, ver-se-á que este conjunto de exportações primárias evoluíram de 44% no período de 1995/99 para 54,3% no triênio 2008/2010, enquanto os produtos manufaturados involuíram, no mesmo período, de 56% para 43,4% da pauta. Desta forma, para o autor, este movimento sinaliza um possível cenário de reprimarização do comércio exterior brasileiro.

1.3 – Revisão da literatura

Segundo Bresser-Pereira (2007), o desenvolvimento econômico de um país ocorre apenas quando se tem uma taxa de câmbio competitiva que estimule as exportações e os investimentos. Esta condição é comprovada pela experiência de países como o Japão, a Alemanha, a Itália e os países asiáticos dinâmicos. Todos estes países contaram com taxas de câmbio que viabilizaram o desenvolvimento da indústria manufatureira. Todavia, a partir de 1980, a experiência dos países latino-americanos apontava para o fato de que a doença holandesa se tornou um dos obstáculos ao desenvolvimento deles, pois inviabilizava investimentos em setores produtores de bens comercializáveis, mesmo quando as empresas dominavam a respectiva tecnologia. Dessa forma, para este autor, a taxa de câmbio desempenha papel estratégico no crescimento econômico ao viabilizar o desenvolvimento da indústria manufatureira do país.

⁶ As *commodities* podem ser definidas como mercadorias, principalmente gêneros agrícolas e minerais, que são produzidos em larga escala e comercializadas em esfera mundial. O fato de terem seus preços definidos pelo mercado internacional, além de possuírem baixo valor agregado, fazem com que os países especializados na produção de *commodities* sejam mais vulneráveis diante de um mercado internacional marcado pelo comércio injusto entre o centro e as periferias. Tais países correspondem, geralmente, ao Sul Global e que fazem parte do que Wallerstein (2003) denomina de “regiões periféricas e semiperiféricas do sistema-mundo capitalista moderno”.

Desde 1990, com a abertura comercial e financeira, foram eliminados os mecanismos que o Brasil utilizava para neutralizar a doença holandesa. Assim, conforme Bresser-Pereira e Marconi (2010), houve uma redução na participação da produção de bens manufaturados no total de comercializáveis em relação à participação das *commodities*. Nesse sentido, este processo de desindustrialização confirma a teoria da doença holandesa no país, ainda que de forma menos intensa e grave, uma vez que não afeta todos os setores industriais.

Similarmente, Cano (2012) corrobora com o argumento de Bresser-Pereira e Marconi (2010), ao argumentar que a partir de 1990, a participação da indústria de transformação no PIB da América Latina regrediu. Em 1980, a participação do PIB da indústria para a Argentina e México era cerca de 24%, para ambos, e de 33% para o Brasil. Entre 2008 e 2010, este índice regrediu para aproximadamente 19%, no México e na Argentina, e, no Brasil, de forma mais aguda, para 14,6%. Para Cano (2012), os principais fatores para a precoce desindustrialização brasileira devem-se à ausência de políticas industriais e de desenvolvimento, da conjugação de juros elevados, do câmbio sobrevalorizado, da falta de investimento e da exagerada abertura comercial.

Quanto à produção de bens comercializáveis, Sampaio (2013) verifica um retrocesso na densidade de cadeias produtivas, isto é, uma perda de elos econômicos que buscam agregar valor no conjunto de operações técnicas utilizadas na transformação da matéria-prima em produto acabado. Por meio do indicador de Valor de Transformação Industrial (VTI) / Valor Bruto da Produção Industrial (VBPI), verifica-se que a indústria de transformação regrediu de um valor de 46,71%, em 1996, para 41,38% em 2007. Com exceção para um setor de produtos intermediários, o de refino de petróleo, o qual apresentou um crescimento de 14,28 p.p. no indicador analisado. Produtos químicos, máquinas e equipamentos, fabricação de automóveis e material eletrônico apresentaram uma queda de 10,49 p.p., 11,12 p.p., 4,28 p.p. e 13,54 p.p., respectivamente. Estes dados apontam para a perda de competitividade da indústria brasileira em setores com maior intensidade tecnológica, isto é, a indústria brasileira deixa de gerar encadeamentos para trás (*backward linkages*), desviando a geração de emprego e renda para o exterior. Este processo de esgarçamento do tecido industrial decorre da:

[...] dependência tecnológica, especialização em produtos intensivos em recursos naturais, [da] possibilidade de restrição externa, [do] centro de decisões voltado para fora em várias grandes empresas em setores estratégicos, combinação câmbio-juros [...] (SAMPAIO, 2013, p. 48).

Por outro lado, na conjuntura internacional do século XX, Medeiros e Cintra (2015) enfatizam o papel da China e do Leste Asiático entre os aspectos externos que contribuíram ao processo de reprimarização. Os autores assinalam que, dentre os países da América do Sul, o Brasil ocupa uma posição dominante entre os parceiros comerciais da China, entretanto, os impactos dessa relação foram mais importantes para a composição de sua pauta exportadora do que diretamente para o seu crescimento. Conseqüentemente, devido ao aumento da dependência da pauta de exportação em relação às *commodities*, o comércio exterior brasileiro passou pelo processo de reprimarização. Delgado (2012) também faz algumas contribuições para o debate acerca das causas da reprimarização das exportações brasileiras. Ele sugere que a expansão das exportações de produtos primários está aliada ao movimento externo das *commodities*, impelida, principalmente, pelo acelerado crescimento da economia chinesa, no início dos anos 2000. Contudo, o autor destaca que a reinserção exportadora de *commodities* agrícolas e minerais foi forçada pela crise cambial de 1999. Em complemento, existe uma forte conexão com a economia agrícola brasileira.

Nesse sentido, paralelo ao *boom* exportador das *commodities*, deve-se ressaltar os processos, de caráter marcadamente internos, de inflexão nos mercados e na política agrária, tais como a reconstituição do crédito público bancário, sob a égide do Sistema Nacional de Crédito Rural, associada à Política de Garantia de Preços Mínimos (PGPM); a substancial alta nos preços da terra e dos arrendamentos rurais, devido a alta das *commodities* e a forte liquidez bancária associada às subvenções da política agrária e o afrouxamento da política fundiária quanto à regulação do mercado de terras (Delgado, 2012). Além disso, as cadeias agroindustriais cresceram substancialmente devido às vantagens comparativas naturais de matéria-prima utilizada em seu processo produtivo (Delgado, 2012).

Contrariamente aos autores supracitados, Nakahodo e Jank (2006) tomam a reprimarização como uma tese equivocada. Segundo eles, ao longo dos anos de 1996-2005, a proporção de *commodities* brutas e processadas variou entre 30% e 40%, com uma ligeira tendência de crescimento a partir de 2000 e estabilização no patamar de 39% a partir de 2002, ano que marcaria o início do *boom* de preços internacionais. Em outras palavras, a parcela ocupada por *commodities* brutas e processadas⁷ na pauta exportadora não sofreu alterações abruptas ao longo do citado período. Ademais, por trás da exportação brasileira de *commodities* existe uma rede de indústrias de insumos, máquinas e processamento de produtos, assim como o apoio de inúmeros serviços de suporte, constituindo um elevado grau de sofisticação produtiva.

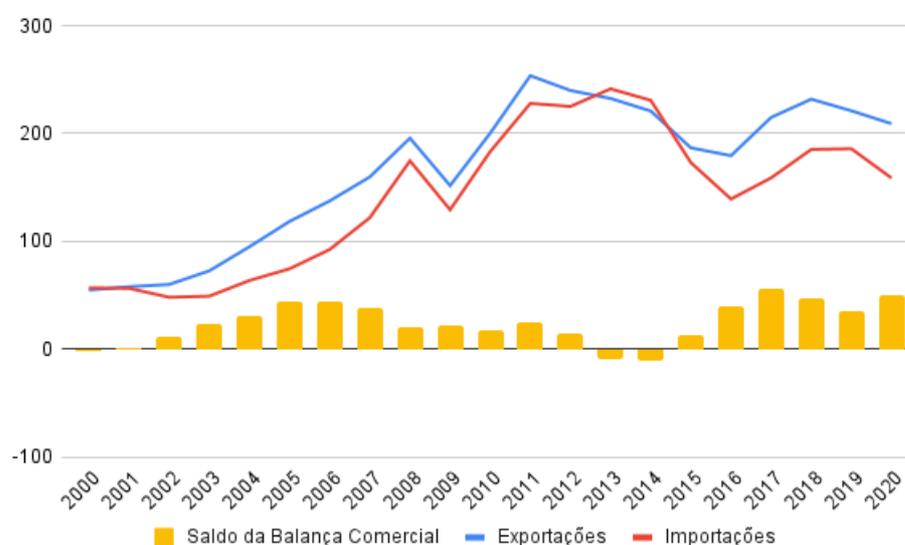
⁷ São exemplos de *commodities* brutas o algodão, cereais, oleaginosas, café, gás natural, minério de ferro, petróleo etc. Por sua vez, as *commodities* processadas compreendem produtos como o açúcar, celulose, suco de laranja concentrado e congelado, alumínio, entre outros (Nakahodo e Jank, 2006).

Capítulo 2 – Evolução do comércio internacional no Brasil

2.1 – Evolução das exportações brasileiras segundo fator agregado

O comércio exterior brasileiro passou por uma fase de intenso crescimento nas últimas duas décadas. Conforme a Figura 1, as exportações brasileiras apresentaram uma trajetória de crescimento acentuado, passando de US\$ 54 bilhões, em 2000, para o valor recorde de US\$ 253 bilhões, em 2011, esta ascensão deve-se, principalmente, ao crescimento do comércio mundial. Neste período, verificou-se um cenário econômico mundial bastante positivo, impulsionado, sobretudo, pelo crescimento da economia chinesa e pelo aumento dos preços das *commodities* agrícolas. Além disso, em 2000, o governo federal brasileiro criou o Moderfrota (Programa de Modernização da Frota de Tratores Agrícolas, Implementos Associados e Colheitadeiras), programa que passou a conceder crédito subsidiado pelo BNDES (Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social) com o objetivo de estimular a demanda por máquinas agrícolas (Maranhão e Filho, 2016). Nesse sentido, estes fatores beneficiaram o Brasil, detentor de grandes reservas de recursos naturais e com experiência na produção agropecuária.

Figura 1 – Evolução do comércio exterior brasileiro no período de 2000 a 2020 (US\$ bilhões – FOB).



Fonte: Secretaria de Comércio Exterior / Ministério da Economia (2022).

Todavia, a trajetória de crescimento do comércio exterior brasileiro é interrompida em alguns momentos, como durante a crise financeira internacional que

eclodiu em 2008. Conforme Castilho (2011), ela se propagou para o lado real da economia por meio de diversos canais de transmissão, financeiros e reais. Dentre estes canais destacam-se, em primeiro lugar, a forte queda da demanda externa e dos preços das *commodities*, e em segundo lugar, a deterioração das expectativas e a abrupta saída de capitais, que culminaram na desvalorização do real e, por conseguinte, tiveram reflexos importantes sobre a saúde financeira de diversas empresas exportadoras.

Após a crise de 2008, a conjuntura internacional deteriorou-se com a fraca recuperação da economia americana e a grave crise do euro (Piacenti e Schneider, 2019). A partir de 2009, as exportações brasileiras retomam sua trajetória ascendente, influenciada, principalmente, pela recomposição dos estoques de minerais. Além disso, os preços das *commodities* beneficiou-se da gradativa recuperação das atividades econômicas nos mais diversos países, dos problemas associados às colheitas de diferentes produtos agrícolas e da retomada das atividades financeiras, especialmente aquelas relacionadas às *commodities* minerais.

Conforme a Figura 1, o ano de 2011 encerra um período de expansão do comércio exterior brasileiro, fazendo com que a partir de 2012 ocorresse um grande período de desaceleração, no qual as exportações, que registraram o valor recorde de US\$ 253 bilhões, em 2011, involuíram para o valor de US\$ 179 bilhões, em 2016, representando uma queda de 29%. Além disso, a balança comercial brasileira apresentou déficit nos anos de 2013 e 2014. Este movimento pode estar relacionado à crise econômica de 2014, a qual resultou de diversos fatores, entre eles, os choques de oferta e demanda ocasionados por erros de política econômica, sobretudo no período da NME (Nova Matriz Econômica)⁸.

Em 2017, verifica-se uma leve recuperação do saldo da balança comercial brasileira (Figura 1), reflexo da redução das importações e da recuperação dos preços das *commodities* (Figura 2). O período entre 2018 e 2020 também apresentou características de um ciclo de desaceleração, ainda influenciado pela crise de 2014. É necessário ressaltar que no de 2020 ocorreu a pandemia de Covid-19 e, nesse

⁸ A NME foi uma série de medidas heterodoxas adotadas no Brasil no início de 2011 e “[...] se baseava em uma de forte intervenção governamental e englobava redução da taxa de juros básica, controle de preços, investimentos direcionados e subsídios” (Barbosa, 2017, p. 59).

sentido, foram tomadas medidas de distanciamento e isolamento social involuntário, causando impactos sobre a economia global devido a interrupção abrupta da circulação, produção, comercialização, do comércio internacional e das cadeias de oferta. Todavia, pelo menos em termos de valores gerais, o ano de 2020 não apresenta comportamento suficientemente atípico no sentido de afirmar que a pandemia trouxe prejuízos ou impactos maiores que outros momentos da história recente (Giarletta, 2021).

Conforme destacado, a expansão do comércio exterior brasileiro deve-se, sobretudo, ao aumento dos preços das *commodities* agrícolas e ao efeito China, que, depois de entrar na OMC (Organização Mundial de Comércio), em 2001, dinamizou o seu comércio internacional no sentido de atender à crescente demanda de matérias-primas das suas indústrias. Dessa forma, estes fatores, aliado à expansão das exportações para novos mercados em países da Ásia e Oriente Médio, podem ter influenciado no processo de especialização da pauta exportadora em produtos básicos, visto que a taxa de câmbio apreciada é desfavorável à competitividade das exportações de bens manufaturados intensivos em tecnologia, que são mais sensíveis à valorização cambial (Bresser-Pereira, 2007).

A Figura 2 apresenta a evolução, nos últimos 20 anos, do Índice Internacional de Preços das *Commodities*⁹. Verifica-se que a partir de 2001 este índice inicia uma trajetória de crescimento quase constante, irrompendo apenas em 2008 em função da crise econômica mundial. Na sequência, o crescimento da economia mundial, bem como o surgimento de novos consumidores oriundos dos países emergentes, aumentou a demanda internacional, exercendo pressão sobre os preços das *commodities*. Contudo, se por um lado esta expansão favoreceu o bom desempenho da balança comercial brasileira e evitou uma evasão de divisas, por outro lado, dificultou as exportações de produtos manufaturados, devido à internacionalização dos preços e às pressões inflacionárias em alguns setores da economia (Garcia, 2019).

⁹ Índice de preços de todas as *commodities*, não combustíveis e combustíveis, tais como soja, carne, minério de ferro, alumínio e gás natural (média 2016 = 100).

Figura 2 – Evolução do Índice Internacional de Preços das Commodities (jan. de 2000 a dez. de 2020), em US\$.



Fonte: *IndexMundi* (2022).

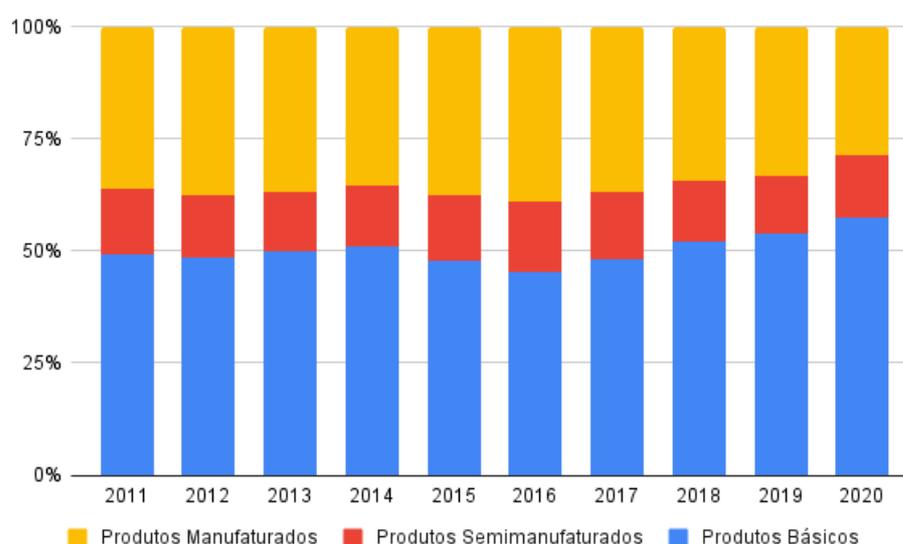
A participação de produtos básicos, fortemente impulsionados pelo aumento dos preços internacionais, foram os principais responsáveis pelo crescimento das exportações brasileiras no período de 2011 a 2020. Para a análise das exportações segundo fator agregado foram utilizados os dados disponibilizados na ferramenta FuncexData, da Fundação Centro de Estudos do Comércio Exterior (Funcex). Esta classificação considera o grau de elaboração ou de agregação de valor que a mercadoria sofreu durante seu processo produtivo, até a venda final¹⁰. A escolha deve-se a uma mudança na metodologia utilizada pela Secretaria de Comércio Exterior do Ministério da Economia (Secex/ME) cujo novo modelo adota a *Standard Industrial Classification of All Economic Activities* (ISIC) para a classificação de produtos quanto ao setor de atividade econômica – agropecuária, indústria extrativa, indústria de transformação, outros produtos –, detalhada pelas subposições da Classificação Uniforme para o Comércio Internacional (CUCI). Essas classificações são internacionais, recomendadas pelas Nações Unidas, e utilizadas por outros órgãos compiladores de estatísticas. Todavia, para o objeto de estudo desta

¹⁰ Segundo a FuncexData (2022), os produtos de baixo grau de elaboração são denominados básicos e incluem, por exemplo, produtos agrícolas, carnes *in natura*, minérios e óleos brutos de petróleo. Os produtos com grau intermediário de transformação são denominados semimanufaturados e incluem, entre outros, açúcar de cana em bruto, óleo de soja em bruto, celulose, alumínio e ferro fundido. Os bens com maior grau de elaboração são denominados manufaturados e incluem os mais variados itens, como têxteis, químicos, automóveis, máquinas industriais etc.

monografia, a classificação por fator agregado adequa-se melhor, pois evidencia a origem setorial dos produtos exportados, por exemplo, a exportação de produtos referente ao cultivo de cereais (exceto arroz), leguminosas e oleaginosas (código ISIC 0111), extração de minério de ferro (código ISIC 0710) e processamento e conservação de carne (código ISIC 1010), se antes estariam classificados como produtos básicos, são agora classificados por setor de atividade econômica agropecuária, indústria extrativa e indústria de transformação, respectivamente.

Em 2011, conforme mostra a Figura 3, as exportações de produtos básicos correspondiam a 49% do total exportado brasileiro, enquanto em 2020, a participação destes produtos aumentou para 57%. Os produtos semimanufaturados tiveram uma participação média de 14% no período, iniciando a década com 15% e finalizando com 14%. Enquanto os produtos manufaturados apresentaram uma redução de 36%, em 2011, para 29%, em 2020. Vale salientar que as exportações de básicos não somente têm ganho peso na pauta de exportações, mas têm sido progressivamente destinadas para a Ásia e para a União Europeia. Os produtos que têm contribuído positivamente para essa evolução são, sobretudo, soja, óleos brutos de petróleo, minério de ferro, carne bovina e celulose.

Figura 3 – Evolução das exportações brasileiras por fator agregado no período de 2011 a 2020, em percentual.



Fonte: FuncexData (2022).

Ademais, a evolução da pauta de exportações, após a crise de 2008, acentuou a tendência de perda de importância de produtos mais elaborados e com maior intensidade tecnológica (Castilho, 2011). A classificação das exportações com base na intensidade tecnológica permite avaliar a relação entre tecnologia e competitividade internacional, à medida que se toma como critério uma taxonomia de fontes, usos e mecanismos de geração de novas tecnologias, considerando a natureza abrangente e cumulativa da mudança técnica e tecnológica. Na Tabela 1 são apresentadas a classificação das exportações de produtos/setores com base na taxonomia de Pavitt, de 1984. Na metodologia de Pavitt, a mudança tecnológica não se restringe apenas à intensidade fatorial ou à morfologia setorial, mas também, sobretudo, às capacidades tecnológicas, às relações de encadeamento intraindustrial e interindustrial, bem como o desempenho no comércio internacional (Holland e Xavier, 2004).

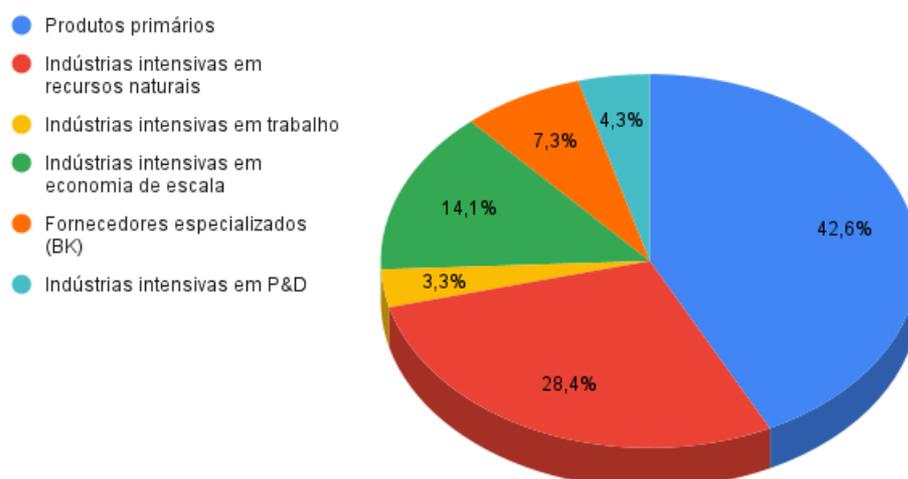
Tabela 1 – Exportações brasileiras segundo a intensidade tecnológica e a origem setorial.

Intensidade tecnológica	Setores econômicos
Produtos primários	Abrange os produtos agrícolas, minerais e energéticos.
Indústrias intensivas em recursos naturais	Engloba a indústria agroalimentar, indústria intensiva em outros recursos agrícolas, indústria intensiva em recursos minerais e indústria intensiva em recursos energéticos.
Indústrias intensivas em trabalho	Compreende bens industriais de consumo não-duráveis como têxteis, confecções, couro e calçados, cerâmica, editorial e gráfico, produtos básicos de metais, entre outros.
Indústrias intensivas em economias de escala	Inclui a indústria automobilística, a indústria siderúrgica e os bens eletrônicos de consumo.
Fornecedores especializados (BK)	Caracteriza-se pela elevada obtenção de economias de escopo, inclui bens de capital sob encomenda e equipamentos de engenharia.
Indústrias intensivas em P&D	Inclui os setores de química fina (como os produtos farmacêuticos), componentes eletrônicos, telecomunicações e indústria aeroespacial.

Fonte: Holland e Xavier (2004).

Conforme mostra a Figura 4, a taxonomia de Pavitt para análise da intensidade tecnológica setorial das exportações brasileiras reafirma o processo de especialização em produtos básicos. Em 2011, a participação de produtos primários era responsável por 42,6% das exportações, seguidos pelas indústrias intensivas em recursos naturais, como a indústria agroalimentar, com 28,4% de participação.

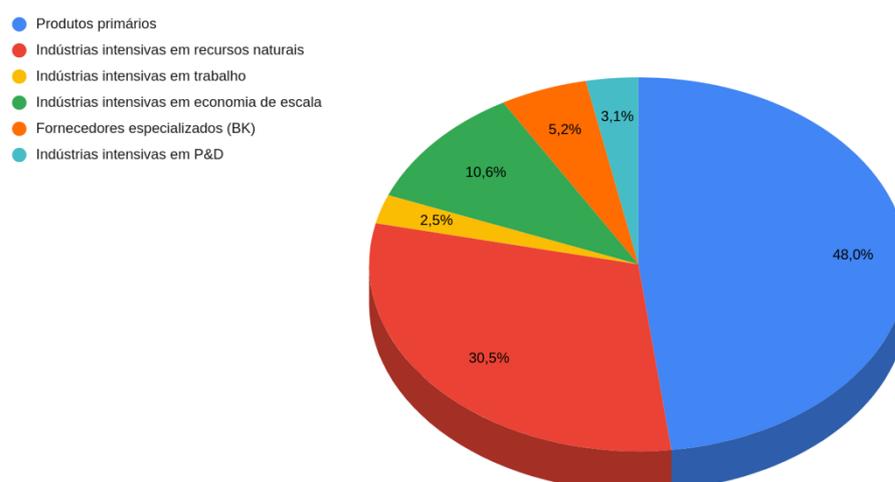
Figura 4 – Exportações brasileiras por intensidade tecnológica no ano de 2011, em %.



Fonte: FuncexData (2022).

Em 2020, conforme a Figura 5, verifica-se uma acentuação desse processo, a participação de produtos primários aumentou para 48%, enquanto as indústrias intensivas em recursos naturais aumentaram para 30,5%. Além disso, verifica-se uma redução na participação de indústrias intensivas em economias de escala, fornecedores especializados, indústrias intensivas em P&D e indústrias intensivas em trabalho. Dessa forma, observa-se que a competitividade externa brasileira está ancorada nas suas vantagens comparativas naturais, visto que as matérias-primas produzidas apresentam baixa agregação de trabalho humano e a inovação técnica de ponta do sistema industrial fica, relativamente, relegada ao segundo plano (Delgado, 2010).

Figura 5 – Exportações brasileiras por intensidade tecnológica no ano de 2020, em %.



Fonte: FuncexData (2022).

2.2 – Evolução das exportações brasileiras segundo mercados de destino

O Brasil há muito se consolidou como um *global trader* no cenário comercial mundial, pois apresenta relações comerciais em escala global, atuando em vários eixos e em praticamente todas as áreas do espaço mundial. A Figura 6 destaca a evolução da participação dos principais parceiros comerciais do Brasil, a China, os Estados Unidos, a Argentina, o Japão e os países da União Europeia, com destaque aos Países Baixos (Holanda). No ano de 2020, este grupo de países foram responsáveis por 62% do total exportado brasileiro.

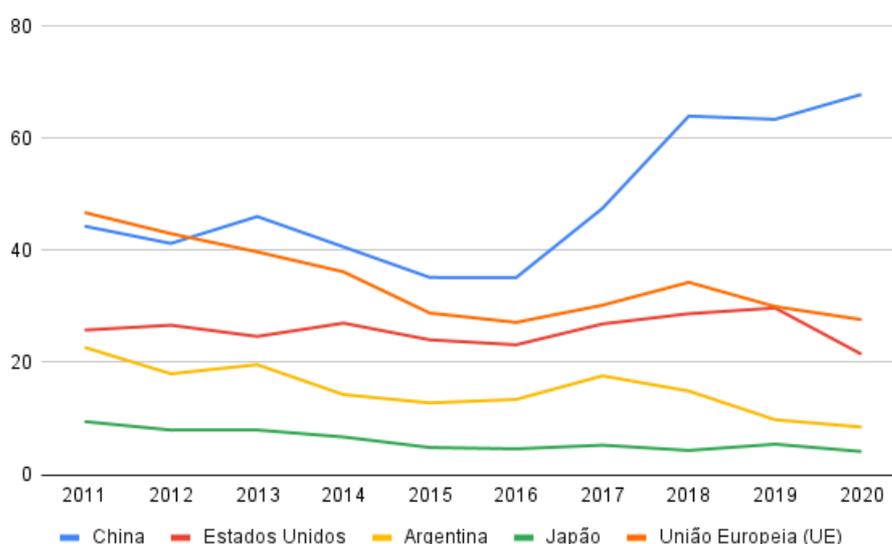
Os Estados Unidos e a Argentina são parceiros históricos do Brasil, enquanto a China ganha participação a partir da metade dos anos 2000. Por conta dos efeitos da crise de 2008 sobre os diferentes mercados e da redução dos preços internacionais, a composição geográfica das exportações brasileiras se modificou significativamente a partir de 2009.

Nesse sentido, a Figura 6 destaca o aumento substancial da economia chinesa na pauta de exportações brasileiras, sua participação cresceu de US\$ 44,3 milhões, no ano de 2011, para US\$ 67,7 milhões, em 2020, isto é, uma taxa de crescimento de 35% do total exportado. Todavia, se por um lado o aumento do volume negociado e dos preços das *commodities* reduziu a vulnerabilidade externa do Brasil, por meio dos superávits comerciais, por outro, gerou uma crescente demanda por bens

manufaturados. Após a crise de 2008, a China intensificou sua presença na periferia capitalista em razão da perda de dinamismo nas regiões centrais (Cunha *et al.*, 2012).

No período analisado, os EUA mantiveram uma participação média de 12%, atingindo, em 2019, o total exportado máximo de US\$ 29,7 bilhões. Por sua vez, as exportações para a Argentina reduziram-se mais da metade, de US\$ 22,7 bilhões (9%), em 2011, para US\$ 8,4 bilhões (4%), em 2020, do total exportado. Vale ressaltar que as exportações de produtos manufaturados se dirigem, sobretudo, para países da América Latina, principalmente a Argentina e o Chile, todavia, estimacões mostram que as exportações para estes destinos são, em geral, mais sensíveis a variações da renda (Castilho, 2011). Os demais parceiros, Japão e países da União Europeia, também apresentam trajetória descendente. O Japão reduziu sua participação de US\$ 9,4 bilhões (4%), em 2011, para US\$ 4,1 bilhões (2%), em 2020 e a União Europeia de US\$ 46,7 bilhões (18%) para US\$ 27,6 bilhões (13%), no mesmo período.

Figura 6 – Evolução das exportações brasileiras segundo mercados de destino no período de 2011 a 2020 (US\$ bilhões – FOB).



Fonte: Comex Stat (2022).

A Figura 6 destaca ainda que o saldo comercial superavitário no de 2020, deve-se, sobretudo, à demanda chinesa, que atenuou a queda nas vendas externas devido à baixa generalizada da demanda mundial, além da redução do total importado brasileiro. Embora verifique-se um decréscimo no valor total exportado em 2020, o

comércio com a China aumentou cerca de 7% em relação a 2019, de US\$ 63,3 milhões para US\$ 67,7 milhões, reforçando a importância deste parceiro nos resultados da balança comercial brasileira, especialmente no ano de 2020.

A Tabela 2 destaca os cinco principais produtos exportados pelo Brasil para a China, Estados Unidos e Argentina. Os dados confirmam a relevância chinesa na pauta exportadora brasileira que, em 2020, apenas na exportação de cultivo de cereais, leguminosas e oleaginosas representou um total absoluto de US\$ 20,9 bilhões, este valor é 673,58% maior que o valor exportado para os Estados Unidos na fabricação de ferro e aço básicos, produto com melhor desempenho neste ano. Todavia, a pauta de exportações para os Estados Unidos, além de existir menor concentração setorial, se caracteriza pelo comércio de produtos mais intensivos em tecnologia, desde produtos básicos, como petróleo bruto, a produtos manufaturados, como fabricação de aviões e máquinas relacionadas. Os dados também confirmam a importância da Argentina na exportação de produtos manufaturados e semimanufaturados brasileiros.

Contudo, a perda de participação relativa da Argentina no comércio com o Brasil sinaliza um arrefecimento das exportações de produtos manufaturados, contribuindo para o deslocamento de recursos produtivos para a produção e exportação de produtos primários. A intensa inserção chinesa no mercado mundial consiste em um dos fatores que justificam a queda relativa da participação argentina (e de outros países) nas exportações brasileiras, pois se por um lado o Brasil tem se especializado na produção de *commodities*, a especialização da China em produtos manufaturados com maior grau de sofisticação tecnológica e valor agregado aumenta a competição com o Brasil quanto ao suprimento destes produtos para o mercado latino-americano (ENEI, 2021).

Além disso, a integração produtiva, promovida especialmente pela indústria automotiva, entre o Brasil e a Argentina, concentra importantes especializações e complementaridades intraindustriais e interindustriais, que contribuem para a propagação do conhecimento e o fortalecimento das empresas, inclusive empresas de menor porte (ENEI, 2021). Nesse sentido, as exportações para o mercado argentino são cruciais para o crescimento econômico brasileiro. Dessa forma, a perda de participação relativa da Argentina sinaliza a deterioração no grau de sofisticação

tecnológica da pauta exportadora, bem como a dependência em relação aos preços das *commodities* e da demanda chinesa, evidenciando a necessidade de sua diversificação e a busca por novas oportunidades de investimentos no sentido de promover o crescimento sustentado do país no longo prazo.

Tabela 2 – Principais produtos exportados pelo Brasil segundo mercados de destino em 2020 (US\$ bilhões – FOB).

China			
Fator agregado	Código ISIC	Descrição ISIC	Valor
Básico	0111	Cultivo de cereais (exceto arroz), leguminosas e oleaginosas	20.906.765.194
Básico	0710	Extração de minério de ferro	18.513.325.261
Básico	0610	Extração de petróleo bruto	11.345.919.040
Básico	1010	Processamento e conservação de carne	6.569.600.193
Semimanufaturado	1701	Fabricação de polpa, papel e cartão	2.951.017.881
Estados Unidos			
Fator agregado	Código ISIC	Descrição ISIC	Valor
Semimanufaturado	2410	Fabricação de ferro e aço básicos	2.702.589.526
Manufaturado	3030	Fabricação de aviões e máquinas relacionadas	2.160.410.454
Básico	0610	Extração de petróleo bruto	1.359.496.187
Semimanufaturado	1701	Fabricação de polpa, papel e cartão	1.034.570.246
Manufaturado	2011	Fabricação de produtos químicos básicos	999.061.549
Argentina			
Fator agregado	Código ISIC	Descrição ISIC	Valor
Manufaturado	2910	Fabricação de veículos automotores	2.271.818.108
Manufaturado	2930	Fabricação de peças e acessórios para veículos automotores	677.169.546
Semimanufaturado	2420	Fabricação de metais preciosos e outros metais não ferrosos	390.250.083
Semimanufaturado	1701	Fabricação de polpa, papel e cartão	356.101.854
Manufaturado	2013	Fabricação de plásticos e borracha sintética em formas primárias	341.930.372

Fonte: Comex Stat (2022).

2.3 – Impactos econômicos relevantes no período de 2011 a 2020

Durante a primeira década do século XXI, a economia brasileira apresentou significativos índices de crescimento, contudo, é necessário destacar que este desempenho se deve, sobretudo, ao contexto favorável da economia mundial, com maior liquidez de capital e aumento dos preços das *commodities*. A crise econômica, em 2008, atingiu, inicialmente, as economias desenvolvidas (Estados Unidos e União Europeia), neste sentido, seus impactos foram sentidos com maior intensidade no Brasil em 2009, interrompendo seu ciclo de crescimento. Todavia, o governo brasileiro, por meio de uma série de medidas contracíclicas, conseguiu reverter a redução de 0,1% do Produto Interno Brasileiro (PIB) em 2009 para um surpreendente aumento de 7,5% em 2010 (IBGE, 2022).

No entanto, a partir de 2012, a economia brasileira entra em um ciclo de desaceleração econômica que se transformaria, em 2014, em uma recessão. A partir de 2011, o Brasil incorporou a Nova Matriz Econômica (NME), caracterizada por:

[...] políticas de forte intervenção governamental na economia que combinaram política monetária com a redução da taxa de juros e política fiscal política fiscal com dirigismo no investimento, elevação de gastos, concessões de subsídios e intervenção em preços (Barbosa, 2017, p. 52).

A partir de 2015, com o esgotamento da NME, devido à perda de capacidade financeira do governo, reduziu-se diversos investimentos da economia brasileira, sendo a Petrobras um exemplo marcante. Além disso, a insustentabilidade fiscal que se seguiu elevou o risco país, a taxa de juros de longo prazo e a incerteza (Barbosa, 2017).

Os impactos ocasionados pelas políticas públicas adotadas refletiram na balança comercial do país, que apresentou déficit nos de 2013 e 2014. A crise política e institucional na qual o Brasil mergulhou durante este período dificultava a atenção governamental à agenda internacional. Além disso, a Copa do Mundo de 2014 e as Olimpíadas de 2016, ambas sediadas no Brasil, que poderiam ter aumentado o engajamento internacional brasileiro, na verdade converteram-se em maior fonte de

instabilidade política doméstica e desgaste da imagem internacional do país. Diante deste cenário,

[...] a ruptura institucional vivenciada no âmbito doméstico com o processo de impeachment contra Dilma Rousseff fora também mimetizada no campo das relações exteriores, primeiro com um momento de paralisia e, posteriormente, com uma guinada nos sentidos da atuação internacional do país, que caminhará nos anos posteriores rumo a uma política de alinhamento aos Estados Unidos (MOREIRA, 2020, p. 247).

Além disso, a dependência estrutural causada pela pauta exportadora baseada em produtos básicos, intensivos em recursos naturais, pela pauta importadora concentrada em produtos com alto grau de sofisticação tecnológica, bem como o crescente déficit em transações correntes, geram incerteza quanto ao crescimento e desenvolvimento econômico sustentável do país em uma perspectiva de longo prazo (Brasil, 2011).

A dependência de *commodities* ocasionada pela necessidade de equilibrar as contas nacionais e suprir a demanda por importações de bens de capital e bens intermediários, necessários para a produção interna, reforçam os entraves para a industrialização do país, como a insuficiência de políticas industriais e tecnológicas, as dificuldades de acesso a financiamento para investimento, bem como as estratégias das empresas transnacionais que preferem importar tecnologias ao invés de gerá-las.

Capítulo 3 – Metodologia e discussão dos resultados

3.1 – Métodos e técnicas de pesquisa

Para investigar a hipótese de reprimarização das exportações brasileiras no período de 2011 a 2020, realizou-se uma análise quantitativa e qualitativa dos dados coletados. A análise quantitativa requer o uso de recursos e de técnicas estatísticas para análise de determinada hipótese ou de um problema, enquanto na análise qualitativa os dados coletados são descritivos, retratando o máximo possível de elementos existentes do fenômeno estudado (Prodanov e Freitas, 2013).

Quanto ao tipo de pesquisa realizada, destaca-se a pesquisa descritiva dos fatos observados, no sentido de classificar, explicar e interpretar o fenômeno estudado. Além disso, foi realizada pesquisa bibliográfica, elaborada a partir de material publicado, como livros, revistas, publicações em periódicos e artigos científicos, para o embasamento teórico da hipótese estabelecida (Prodanov e Freitas, 2013).

Os dados coletados foram obtidos na Secretaria de Comércio Exterior (Secex), no portal Comex Stat, ambos ligados ao Ministério da Economia (ME). Também se utilizou informações da Fundação Centro de Estudos do Comércio Exterior (Funcex), *IndexMundi* e *World Integrated Trade Solution* (WITS). Com base nesses dados foram construídos gráficos e tabelas com o intuito de explicar de forma mais objetiva as mudanças ocorridas no comércio exterior brasileiro, bem como a hipótese de reprimarização da pauta exportadora no período analisado. Para análise das exportações, foi calculado a evolução do Índice de Herfindahl-Hirschman (IHH) para verificar se de fato houve, ou não, uma concentração na pauta exportadora brasileira.

Além disso, foi calculada a evolução do Índice de Vantagens Comparativas Reveladas (IVCR), no sentido de confirmar o processo de especialização das exportações em bens primários.

3.2 – Índice de Herfindahl-Hirschman (IHH)

O Índice de Herfindahl-Hirschman (IHH) é muito utilizado para medir o grau de concentração da pauta exportadora em determinados produtos. O IHH é calculado

por meio dos percentuais de *market share* elevados ao quadrado, sendo que o valor máximo que ele pode atingir é 10.000 para um *market share* de 100% (Gomes, 2012). Nesse sentido, ele pode se expresso da seguinte forma:

$$IHH = 10.000 \sum_{i=1}^n s_i^2 \quad (1)$$

Em que, s_i^2 indica o quadrado da participação do fator agregado i na pauta de exportações. A análise da concentração defini a pauta exportadora como “não concentrado” se o IHH for menor que 1.000, “moderadamente concentrado” caso o IHH esteja entre 1.000 e 1.800 e, por fim, como “altamente concentrado” se o IHH for superior a 1.800 (Sarmiento e Nunes, 2015). Dessa forma, quanto menor o índice, mais diversificada será a pauta exportadora do país e, ou seja, quanto maior for a diversificação nas exportações brasileiras menores serão os impactos da volatilidade dos preços internacionais sobre a balança comercial.

O índice foi calculado sobre a participação das exportações brasileiras por fator agregado, dessa forma, elas foram divididas em produtos básicos, semimanufaturados e manufaturados. A Tabela 3 apresenta os resultados obtidos por meio do IHH, confirmando a hipótese de concentração da pauta exportadora em produtos básicos, pois, durante todo o período analisado, o índice apresentou, para estes produtos, valor superior a 1.800, isto é, altamente concentrado. Enquanto os produtos semimanufaturados apresentaram índices inferiores a 1.000 e, portanto, não concentrado, sendo, ainda, os produtos que obtiveram os menores índices. Por fim, os produtos manufaturados, entre 2011 e 2019, apresentaram índices entre 1.000 e 1.800, ou seja, moderadamente concentrado, este resultado implica que, apesar da alta concentração da pauta em produtos primários, o fenômeno da reprimarização constitui-se um processo em fase inicial. Apenas em 2020, o índice reduziu-se para o valor de 825, configurando uma desconcentração desses produtos, todavia, este movimento pode estar relacionado aos impactos da pandemia de Covid-19 sobre o comércio internacional de bens e serviços. Em suma, a evolução do Índice de Herfindahl-Hirschman evidencia a alta concentração da pauta exportadora brasileira em produtos básicos.

Tabela 3 – Evolução do Índice de Herfindahl-Hirschman das exportações brasileiras por fator agregado no período de 2011 a 2020.

Fator agregado	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020
Produtos básicos	2.429	2.336	2.478	2.601	2.288	2.038	2.316	2.723	2.897	3.281
Produtos semimanufaturados	210	198	181	183	211	254	224	178	165	196
Produtos manufaturados	1.312	1.413	1.352	1.257	1.417	1.514	1.362	1.189	1.110	825

Fonte: FuncexData (2022).

3.3 – Índice de Vantagens Comparativas Reveladas (IVCR)

Desenvolvido por Balassa (1965), o Índice de Vantagens Comparativas Reveladas (IVCR) fundamenta-se na teoria das vantagens comparativas, de David Ricardo. Conceitualmente, o IVCR representa:

[...] a participação das exportações de um determinado produto de uma economia em relação às exportações de uma zona de referência desse mesmo produto e, então, compara esse quociente com a participação das exportações totais dessa economia em relação às exportações totais da zona de referência (DORNELES *et al.*, 2013, p. 12).

Para cálculo deste índice, o resto do mundo será utilizado como zona de referência. O IVCR é dado pela seguinte equação:

$$IVCR_{ij} = \frac{\frac{X_{ij}}{X_j}}{\frac{X_{iw}}{X_w}} \quad (2)$$

Em que,

$IVCR_{ij}$ = Índice de Vantagem Comparativa Revelada do produto i produzido pelo país j ;

X_{ij} = exportação do produto i pelo país j ;

X_j = exportação total do país j ;

X_{iw} = exportação do produto i pelo país w ;

X_w = exportação total do país w ;

j ou w = países exportadores;

i = produto exportado.

A análise do IVCR assume que o país j não possui vantagem comparativa revelada na exportação do bem i se obtiver resultado menor que 1, por outro lado, se o índice for superior a 1 o país j possui vantagem comparativa revelada. Quanto mais alto for o IVCR maior será a vantagem do país, e, por fim, se o índice for igual 1, então o país j não apresenta vantagem e nem desvantagem comparativa revelada (Maia, 2001).

Por fim, a análise também utilizar-se-á da Taxa Composta Anual de Crescimento (*Compound Annual Growth Rate* - CAGR), a qual ilustra o crescimento experimentado em cada setor da economia brasileira no período de 2011 a 2020. Conforme Oliveira (2020), a CAGR pode ser obtida da seguinte forma:

$$CAGR = \left(\frac{VF}{VI}\right)^{\frac{1}{n}} - 1 \quad (3)$$

Onde,

VF = valor final do *IVCR*;

VI = valor inicial do *IVCR*;

n = número de períodos em anos.

Aplicando a Equação 2 à base de dados do *World Integrated Trade Solution* (WITS), fornecida pelo Banco Mundial, foram obtidos os resultados apresentados na Tabela 4. Os produtos estão dispostos pela classificação da *United Nations Conference on Trade and Development* (UNCTAD): matérias-primas, bens intermediários, bens de consumo e bens de capital. Os resultados obtidos indicam que, no período de 2011 a 2020, o Brasil desfrutou de vantagens comparativas nas exportações de *commodities*.

Os resultados apresentados pela Tabela 4 confirmam a existência de vantagem comparativa para matérias-primas e evidenciam ganhos de competitividade para o setor primário. Em 2011, o índice apresentou resultado de 3,27, isto é, já confirmava a vantagem comparativa em produtos primários, em 2020, o índice aumentou para 5,98, apresentando uma Taxa Composta Anual de Crescimento (CAGR) de 6,94%. A categoria de bens intermediários também apresentou IVCR superior a 1, contudo, a CAGR evidencia uma redução destes

produtos na pauta exportadora no período analisado, visto que esta taxa apresentou resultado negativo de 0,60%. As demais categorias apresentaram desvantagens comparativas reveladas, com índices inferiores a 1 tanto para bens de consumo quanto para bens de capital. Além disso, estas categorias apresentaram CAGR negativas, principalmente os bens de capital (– 6,02%), ou seja, além de não apresentarem vantagem comparativa, a participação destes produtos ao longo da década reduziu-se.

Tabela 4 – Evolução do Índice de Vantagens Comparativas Reveladas das exportações brasileiras no período de 2011 a 2020.

Classificação UNCTAD	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	CAGR (em %)
Matérias-primas	3,27	3,20	3,32	3,68	4,39	4,23	4,70	4,87	5,19	5,98	6,94
Bens intermediários	1,29	1,28	1,23	1,32	1,40	1,45	1,35	1,27	1,25	1,22	- 0,60
Bens de consumo	0,42	0,42	0,43	0,39	0,40	0,43	0,42	0,38	0,39	0,37	- 1,20
Bens de capital	0,44	0,46	0,43	0,40	0,42	0,44	0,41	0,39	0,35	0,25	- 6,02

Fonte: WITS (2022).

3.4 – Resultados e discussão

O Índice de Herfindahl-Hirschman (IHH) confirma a hipótese de reprimarização da pauta exportadora brasileira no período de 2011 a 2020. Este movimento pode estar relacionado, sobretudo, ao aumento dos preços das *commodities* agrícolas e minerais. Além disso, a análise dos principais destinos das exportações brasileiras, evidencia o aumento da importância da demanda chinesa na pauta exportadora, concentrada, principalmente, em produtos básicos.

Complementarmente, o Índice de Vantagens Comparativas Reveladas (IVCR) apresenta resultados significativos quanto à participação primária, em detrimento dos produtos manufatureiros, nas exportações. Neste sentido, pode ser vantajoso para o Brasil especializar-se no comércio internacional de *commodities*, dada suas características naturais, como território com dimensões continentais, a abundância de recursos hídricos e áreas agricultáveis e o alto índice de insolação. Além disso,

conforme destaca a evolução do IVCR, a competitividade do país em produtos primários aumentou, apresentando, dentre todas as categorias analisadas, a única CAGR positiva. Conforme Nakhodo e Jank (2006), as exportações brasileiras de *commodities* possuem elevado grau de sofisticação produtiva, referente às vantagens “criadas” no setor por instituições como a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA). Por exemplo, vale destacar que: “[foram as] pesquisas da EMBRAPA que tornaram possível o cultivo de soja no cerrado brasileiro [...], a partir da correção do pH do solo e de suas ineficiências em substâncias necessárias” (Lopes, 2017, p. 83).

Ademais, a evolução do IVCR corrobora com a tese de que, aliado ao *boom* exportador das *commodities*, as políticas agrícolas brasileiras favoreceram o processo de especialização primária (Delgado, 2012). Dado o elevado Índice de Vantagens Comparativas Reveladas, as pressões de mercado concorrem no sentido de premiar o setor, principal responsável pelos superávits na balança comercial.

Contudo, se por um lado pode ser vantajoso para o Brasil especializar-se em produtos básicos, por outro lado, evidencia algumas vulnerabilidades do país, como a dependência estrutural dos saldos comerciais gerados pelas *commodities*, a dependência histórica de importações de bens manufaturados e intensivos em tecnologia, bem como o aumento da tendência de repatriação dos ganhos de capitais das empresas estrangeiras.

Além disso, entre 2011 e 2020, verifica-se o aumento significativo da participação da China no total exportado, atualmente, principal parceiro comercial brasileiro. Este país, no ano de 2020, correspondeu a 32% do total exportado (Comex Stat, 2022) sendo que a pauta exportadora está concentrada, sobretudo, em *commodities* agrícolas e minerais. Dessa forma, a relação comercial com a China, além de relacionar-se ao processo de reprimarização brasileiro, aumenta a dependência em relação a sua demanda para manutenção dos saldos comerciais.

Nesse contexto, evidencia-se a necessidade de desenvolvimento de indústrias de exportação voltadas para setores que atuem de forma complementar às exportações primárias, no sentido de aumentar a diversidade industrial. Além disso, destaca-se a necessidade de investimentos em infraestrutura, com o objetivo de

reduzir os custos de exportação e, conseqüentemente, aumentar a competitividade, bem como políticas públicas de incentivo a ciência, tecnologia e inovação como componente da especialização industrial brasileira e da densidade das cadeias produtivas.

Conclusão

A reprimarização, processo pelo qual uma economia industrializada (em estágio de maturidade ou não) passa a exportar mais produtos primários em detrimento de produtos manufaturados, representa um regresso a uma fase anterior de atuação no comércio exterior, quando essa economia exportava mais produtos primários do que manufaturados. No caso brasileiro, este processo pode estar relacionado ao aumento dos preços das *commodities* agrícolas e minerais e da demanda externa por estes produtos.

Além disso, os processos de inflexão nos mercados e na política agrícola, tais como a reconstituição do crédito público bancário, associada à PGPM (Política de Garantia de Preços Mínimos); a substancial alta nos preços da terra e dos arrendamentos rurais, devido a alta das *commodities* e a forte liquidez bancária associada às subvenções da política agrária; o afrouxamento da política fundiária quanto à regulação do mercado de terras; e a criação do Moderfrota (Programa de Modernização da Frota de Tratores Agrícolas, Implementos Associados e Colheitadeiras) podem ter influenciado no processo de reprimarização da pauta exportadora brasileira.

Neste estudo, verificou-se que, no período de 2011 a 2020, a participação de produtos básicos foram os principais responsáveis pelo crescimento das exportações brasileiras, sendo que em 2020 estes produtos já correspondiam por 57% do total exportado brasileiro, em detrimento de 14% para produtos semimanufaturados e 29% para produtos manufaturados. Ademais, a evolução da pauta de exportações por intensidade tecnológica reafirma o processo de especialização em produtos básicos. Em 2020, a participação de produtos primários e indústrias intensivas em recursos naturais representaram cerca de 48% e 31%, respectivamente, da pauta exportadora, em detrimento da participação de indústrias intensivas em economias de escala (11%), fornecedores especializados (5%), indústrias intensivas em P&D (3%) e indústrias intensivas em trabalho (2%), que apresentaram trajetória descendente.

Quanto aos principais destinos das exportações brasileiras, destacou-se o aumento substancial da economia chinesa no total exportado, que se por um lado favorece a manutenção dos superávits comerciais brasileiro, por outro lado,

aprofunda o processo de especialização primária, visto que a demanda chinesa está concentrada, sobretudo, em produtos básicos e semimanufaturados. O aumento da participação chinesa ressalta ainda a dependência comercial brasileira, configurando um ponto de vulnerabilidade externa quanto à economia desse país. As exportações para os Estados Unidos, características pela diversificação setorial, mantiveram uma participação média de 12%. A análise de dados também confirmou a importância da Argentina nas exportações de produtos manufaturados e semimanufaturados brasileiros, ainda que constatem uma redução na participação relativa deste país na pauta de exportação.

A evolução do Índice de Herfindahl-Hirschman (IHH), confirma parcialmente a hipótese de concentração da pauta exportadora em produtos básicos, pois, durante todo o período analisado, o índice apresentou, para estes produtos, valor superior a 1.800, isto é, altamente concentrado. Contudo, verificou-se que as exportações de produtos manufaturados também possuem moderada concentração na pauta, durante todo o período analisado, com exceção de 2020, apresentaram valores entre 1.000 e 1.800. Sendo que a redução em 2020 pode estar relacionada aos impactos da pandemia de Covid-19 sobre o comércio internacional de bens e serviços. Este resultado sinaliza que, apesar da alta concentração da pauta exportadora em produtos primários, o processo de reprimarização está em fase inicial.

Os resultados obtidos no cálculo do Índice de Vantagens Comparativas Reveladas (IVCR) mostra que é vantajoso para o Brasil especializar-se no comércio internacional de *commodities*, dada suas características naturais, como território com dimensões continentais, a abundância de recursos hídricos, áreas agricultáveis e o alto índice de insolação, além de corroborar com a tese de que, aliado ao *boom* exportador das *commodities*, as políticas agrícolas brasileiras favoreceram o processo de especialização primária.

Contudo, se por um lado pode ser vantajoso para o Brasil especializar-se em produtos básicos, por outro lado, evidencia algumas vulnerabilidades do país, como a dependência estrutural dos saldos comerciais gerados pelas *commodities*, a dependência histórica de importações de bens manufaturados e intensivos em tecnologia, bem como o aumento da tendência de repatriação dos ganhos de capitais das empresas estrangeiras.

Dessa forma, os resultados obtidos sinalizam a deterioração no grau de sofisticação tecnológica da pauta exportadora, bem como a dependência em relação aos preços das *commodities* e da demanda chinesa, evidenciando a necessidade de sua diversificação e a busca por novas oportunidades de investimentos no sentido de promover o crescimento sustentado do país no longo prazo.

Por fim, destaca-se a necessidade de novos estudos sobre o tema, com análise quantitativa mais robusta, como a utilização de um modelo econométrico no sentido de verificar quais variáveis aqui apresentadas, como o aumento dos preços das *commodities* agrícolas e minerais e a demanda chinesa por estes produtos, possuem maior relação de causalidade com o fenômeno estudado: a reprimarização da pauta exportadora brasileira.

Referências

BALASSA, B. Trade Liberalisation and “Revealed” Comparative Advantage. **The Manchester School**, v. 33, n. 2, p. 99-123, 1965.

BARBOSA FILHO, F. H. A crise econômica de 2014/2017. **Estudos Avançados**, v. 31. N. 89. P. 51-60, 2017.

BRASIL, L. A. **A pauta exportadora brasileira na década de 2000 e o processo de reprimarização**. 2011. 63 f. TCC (Graduação) – Curso de Ciências Econômicas, Faculdade de Ciências Econômicas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2011.

BRESSER-PEREIRA, L. C. Doença Holandesa e sua neutralização: uma abordagem ricardiana. **Revista de Economia Política**, v. 1, n. 28, p. 47-71, 2007.

BRESSER-PEREIRA, L. C. e MARCONI, N. Existe doença holandesa no Brasil? In: BRESSER-PEREIRA, L. C. (Org.). **Doença holandesa e indústria**, Rio de Janeiro: FGV, 2010.

BRUE, S. L. **História do Pensamento Econômico**. São Paulo: Thomson Learning, 2005.

CANO, W. **A desindustrialização no Brasil**. (Texto para discussão, n. 200). Campinas: Unicamp, 2012.

CARVALHO, D. F. e CARVALHO, A. C. Desindustrialização e reprimarização da economia brasileira contemporânea num contexto de crise financeira global: conceitos e evidências. **Revista Economia Ensaios**, v. 26, n. 1, p. 35-64, 2011.

CASTILHO, M. Impactos da crise econômica internacional sobre o comércio exterior brasileiro. In: ACIOLY, L. e LEÃO, R. P. F. (org.). **Crise financeira global: mudanças estruturais e impactos sobre os emergentes e o Brasil**. Brasília: Ipea, 2011. Cap. 4. P. 97-127.

COMEX STAT. **Exportação e Importação Geral**. Disponível em: <<http://comexstat.mdic.gov.br/pt/geral/71547>>. Acesso em 07/11/2022.

COUTINHO, E. S. *et al.* De Smith a Porter: um ensaio sobre as teorias do comércio exterior. **Economia de Empresas**, São Paulo, v. 12, n. 4, p. 101-113, outubro 2005.

CUNHA, A. M.; LÉLIS, M. T. C.; BICHARA, J. S. O Brasil no espelho da China: tendências para o período pós-crise financeira global. **Revista Economia Contemporânea**, v. 16, n. 2, p. 208-236, 2012.

DELGADO, G. C. Especialização primária como limite ao desenvolvimento. **Desenvolvimento em Debate**, v. 1, n. 2, p. 111-125, 2010.

_____. **Do “capital financeiro na agricultura” à economia do agronegócio: mudanças cíclicas em meio século (1965-2012)**. Porto Alegre: UFRGS, 2012.

DORNELES, T. M.; DALAZOANA, F. M. L. e SCHLINDWEIN, M. M. Análise do Índice de Vantagem Comparativa Revelada para o complexo da soja sul-matogrossense. **Revista de Economia Agrícola**, v. 60, n. 1, p. 5-15, 2013.

ENCONTRO NACIONAL DE ECONOMIA INDUSTRIAL E INOVAÇÃO (ENEI), V, 2021, Lajeado. **Determinantes das Exportações Brasileiras para a Argentina nos Anos 2000**. Lajeado: Blucher Engineering Proceedings, 2021.

FUNCEXDATA. **Comércio por grupos de produtos segundo a origem setorial e a intensidade no uso dos fatores**: exportações. Disponível em: <<http://www.funcexdata.com.br/indicadores.asp>>. Acesso em 07/11/2022.

GOMES, R. M. **O crescimento brasileiro entre 2000 e 2011**: o impulso primário exportador. 2012. 63 f. TCC (Graduação) – Curso de Ciências Econômicas, Faculdade de Ciências Econômicas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2012.

GARCIA, A. L. **As exportações brasileiras entre 1998 e 2018**: uma análise sobre a reprimarização. 2019. 37 f. Monografia (Especialização) – Curso de Ciências Econômicas, Instituto de Economia e Relações Internacionais, Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2019.

GIARLETTA, G. Q. **A pandemia de Covid-19 e o comércio exterior brasileiro**: impactos na comercialização de produtos em 2020. 2021. 65 f. TCC (Graduação) – Curso de Relações Internacionais, Centro de Ciências Sociais Aplicadas, Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2021.

HOLLAND, M. e XAVIER, C. L. Dinâmica e competitividade das exportações brasileiras: uma análise de painel para o período recente. In: **ENCONTRO NACIONAL DE ECONOMIA**, 32, 2004.

HUNT, E. K. e LAUTZENHEISER, M. **História do pensamento econômico**: uma perspectiva crítica. 3. Ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2013.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Sistema de Contas Nacionais Trimestrais**. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/economicas/contas-nacionais/9300-contas-nacionais-trimestrais.html?=&t=resultados&utm_source=landing&utm_medium=explica&utm_campaign=pib#evolucao-taxa>. Acesso em 07/11/2022.

INDEXMUNDI. **Commodity Prices**: Commodity Price Index. Disponível em: <<https://www.indexmundi.com/commodities/?commodity=commodity-price-index>>. Acesso em 02/11/2022.

KRUGMAN, P. R. e OBSTEFELD, M. **Economia Internacional**: Teoria e Política. 5. Ed. São Paulo: Makron Books, 2001.

LOPES, V. T. A reprimarização das exportações brasileiras em perspectiva histórica de longa duração. **Revista Carta Internacional**, v. 15, n. 3, p. 174-203, 2020.

_____. **A reprimarização das exportações brasileiras em uma perspectiva histórico-mundial de longa e média durações**. 2017. 182 f. Dissertação (Mestrado) – Curso de Relações Internacionais, Centro Sócio-Econômico, Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2017.

MAIA, J. M. **Economia internacional e comércio exterior**. São Paulo: Atlas, 2001.

MALUF, S. N. **Administrando o comércio exterior do Brasil**. São Paulo: Aduaneiras, 2000.

MARANHÃO, R. L. A. e FILHO, J. E. R. V. **A dinâmica do crescimento das exportações do agronegócio brasileiro**. (Texto para Discussão, n. 2249). Brasília: Ipea, 2016.

MEDEIROS, C. A. e CINTRA, M. R. V. P. Impacto da ascensão chinesa sobre os países latino-americanos. **Revista de Economia Política**, v. 35, n. 1, p. 28-42, 2015.

MOREIRA JÚNIOR, H. Política externa brasileira no início do século XXI: diversificação, realinhamento e dependência. **Entre-Lugar**, v. 11, n. 21, p. 240-260, 2020.

MOREIRA, U. Teorias do comércio internacional: um debate sobre a relação entre crescimento econômico e inserção externa. **Brazilian Journal of Political Economy**, v. 32, n. 2, p. 213-228, 2012.

NAKAHODO, S. N. e JANK, M. S. A falácia da doença holandesa no Brasil. In: **Documento de pesquisa**. São Paulo: Icone, 2006.

NASSIF, A. Há evidências de desindustrialização no Brasil? **Revista de Economia Política**, v. 28, n. 1, p. 72-96, 2008.

OLIVEIRA, R. S. B. **Vale a pena investir em fundos de investimentos**. Eficiência e desempenho dos fundos de investimento em ações no Brasil de 2015 a 2019. 2020. 50 f. TCC (Graduação) – Curso de Ciências Econômicas, Faculdade de Economia, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2020.

PAVITT, K. Sectoral patterns of technical change: towards a taxonomy and a theory. **Research Policy**, v. 13, n. 6, p. 343-373, 1984.

PAULANI, L. M. e BRAGA, M. B. **A nova contabilidade social**: uma introdução à macroeconomia. São Paulo: Saraiva, 2007.

PIACENTI, S. C. V. e SCHNEIDER, M. B. A crise econômica brasileira de 2014. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE ECONOMIA, XXIII, 2019. Florianópolis. **Anais [...]** Florianópolis: Corecon, 2019.

POYER, M. G. e RORATTO, R. P. **Introdução ao Comércio Exterior**. Palhoça: UnisulVirtual, 2017.

PREBISCH, R. O desenvolvimento econômico da América Latina e seus principais problemas. **Revista Brasileira de Economia**, v. 3, n. 3, p. 47-111, 1949.

PRODANOV, C. C. e FREITAS, E. C. **Metodologia do trabalho científico**: métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico. 2. Ed. Novo Hamburgo: Feevale, 2013.

ROWTHORN, R.; WELLS, J. **De-industrialisation and foreign trade**. Cambridge: Cambridge University Press, 1987.

SAMPAIO, D. P. A desindustrialização em marcha no Brasil. **Revista da Sociedade Brasileira de Economia Política**, v. 1 n. 34, p. 33-55, 2013.

SARMENTO, E. M. e NUNES, A. A evolução da concentração sectorial em Portugal entre 1995 e 2006: a perspetiva do índice de herfindahl-hirschman. **Tourism & Management Studies**, v. 11, n. 2, p. 146-158, 2015.

SECRETARIA DE COMÉRCIO EXTERIOR / ME. **Séries Históricas Detalhadas**. Disponível em: <https://balanca.economia.gov.br/balanca/publicacoes_dados_consolidados/pg.html>. Acesso em 02/11/2022.

SILVA, F. A. *et al.* Comércio internacional e crescimento econômico: uma análise considerando os setores e a assimetria de crescimento dos estados. **Nova Economia**, v. 28, n. 3, p. 807-848, 2018.

SILVA, J. A. Desindustrialização e doença holandesa: o caso brasileiro. **Indicadores Econômicos FEE**, v. 41, n. 3, p. 67-82, 2014.

TREGENNA, F. Characterizing deindustrialization: an analysis of changes in manufacturing employment and output internationally. **Cambridge Journal of Economics**, v. 33, n. 3, p. 433-466, 2009.

WALLERSTEIN, I. Mundialização ou era de transição? Uma visão de longo prazo da trajetória do sistema-mundo. In: CHESNAIS, F.; DUMÉNIL, G.; LÉVY, D.; WALLERSTEIN, I. **Uma nova fase do capitalismo?** São Paulo: Xamã, 2003.

WORLD INTEGRATED TRADE SOLUTION (WITS). **Exports By Country Product to World**. Disponível em: <<https://wits.worldbank.org/CountryProfile/en/country/by-country/startyear/LTST/endyear/LTST/tradeFlow/Export/indicator/XPRT-TRD-VL/partner/WLD/product/Total>>. Acesso em 21/11/2022.



DECLARAÇÃO DE APTIDÃO DO TCC

Declaro, para os devidos fins, que o (a) estudante Anne Kelly Rocha Lopes, matrícula 2019.1.0021.0064-8, regularmente matriculado(a) no segundo semestre letivo do Curso Ciências Econômicas, no turno noturno, da Escola de Direito, Negócio e Comunicação, ESTÁ APTA a apresentar e submeter seu Trabalho de Conclusão de Curso (TCC), conforme disposto no Regulamento Geral Dos Trabalhos de Conclusão Dos Cursos De Graduação (TCC) em banca para avaliação.

Goiânia, 02 de dezembro de 2022.

Ary José Apolinário de Souza Júnior

Prof. Ms. Ary José A. de S. Júnior
Professor/Orientador

Ciente:

Anne Kelly Rocha Lopes
Estudante/Acadêmica



Termo de autorização de publicação de produção acadêmica

O(A) estudante Anne Kelly Rocha Lopes, do Curso de Ciências Econômicas, matrícula 2019.1.0021.0064-8, telefone: (62) 9 8632-2060, e-mail: annekellyrocha17@gmail.com, na qualidade de titular dos direitos autorais, em consonância com a Lei nº 9.610/98 (Lei dos Direitos do autor), autoriza a Pontifícia Universidade Católica de Goiás (PUC Goiás) a disponibilizar o Trabalho de Conclusão de Curso intitulado “Análise sobre a reprimarização das exportações brasileiras no período de 2011 a 2020” gratuitamente, sem ressarcimento dos direitos autorais, por 5 (cinco) anos, conforme permissões do documento, em meio eletrônico, na rede mundial de computadores, no formato especificado Texto (PDF); Imagem (GIF ou JPEG): Som (WAVE, MPEG, AIFF, SNS); Vídeo (MPEG, MWV, AVI, QT); outros, específicos da área; para fins de leitura e/ou impressão pela internet, a título de divulgação da produção científica gerada nos cursos de graduação da PUC Goiás.

Goiânia, 02 de dezembro de 2022.

Assinatura do(s):

autor(es): _____

Nome completo da autora: Anne Kelly Rocha Lopes

Assinatura do professor-orientador: 

Nome completo do professor-orientador: Prof. Ms. Ary José A. de S. Júnior